



“VOU APRENDER A LER PRA ENSINAR MEUS CAMARADAS”

*a salvaguarda do samba de roda
do recôncavo baiano*

*“I WILL LEARN TO READ TO TEACH MY COMRADES”: THE SAFEGUARD
OF SAMBA DE RODA FROM THE RECÔNCAVO BAIANO*

*Rívia Ryker Bandeira de Alencar¹
Rosildo Moreira do Rosário²*

-
- 1 Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. Servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 2006. Realizou pesquisa pós-doutoral vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense sobre a política federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Exerceu os cargos de Coordenadora de Apoio à Sustentabilidade (2009-2013), Coordenadora-Geral de Salvaguarda (2013-2018) e Coordenadora-Geral de Promoção e Sustentabilidade (2018-2021) no Departamento do Patrimônio Imaterial – IPHAN. E-mail: riviabandeira@gmail.com
 - 2 Mestre do Grupo Chegança Fragata Brasileira. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2003), Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Foi Secretário de Educação do Município de Saubara (2005-2006) e diretor de Cultura do Município de Santo Amaro (2007). Coordenador da Rede do Samba do Estado da Bahia e da Rede de Chegança, Marujadas e Lutas entre Mouros e Cristãos da Bahia. E-mail: rosildorosario@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a execução do plano de salvaguarda do Samba de Roda do Recôncavo Baiano, bem cultural imaterial registrado como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Iphan e inscrito na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco. Destaca-se o contexto e os desdobramentos da atuação do Estado e da sociedade civil em relação à salvaguarda do bem cultural, sobretudo o papel desempenhado por sambadores e sambadeiras na articulação de políticas públicas. Os dados foram coletados por meio de pesquisa empírica realizada no Recôncavo Baiano e no Iphan. A partir da apresentação das ações realizadas serão abordados os resultados alcançados, assim como os desafios que precisam ser superados para uma atuação efetiva na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Palavras-chave: Patrimônio cultural imaterial; Salvaguarda; Samba de Roda; Política cultural.

ABSTRACT

This article analyzes the implementation of the plan to safeguard the Samba de Roda of the Recôncavo Baiano, an intangible cultural asset registered as a Cultural Heritage of Brazil by Iphan and inscribed on the list of Cultural Heritage of Humanity of Unesco. We highlight the context and the unfoldings of the actions of the State and civil society in relation to the safeguarding of this cultural asset, especially the role played by sambadores and sambadeiras in the articulation of public policies. The data were collected through empirical research conducted in the Recôncavo Baiano and at Iphan. The presentation of the actions undertaken will address the results achieved, as well as the challenges that need to be overcome for an effective performance in safeguarding the intangible cultural heritage.

Keywords: Intangible Cultural Heritage; Safeguarding; Samba de Roda; Cultural Police.

INTRODUÇÃO

O samba de roda, prática cultural disseminada no recôncavo e outras regiões da Bahia, tem acumulado uma série de reconhecimentos, em âmbito nacional e internacional, por sua importância como patrimônio cultural. Em 2004, com o registro no Livro das Formas de Expressão, recebeu o título de Patrimônio Cultural do Brasil (Decreto nº 3.551/00). No ano seguinte, foi incluído na lista de Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade pela Unesco, tendo migrado, em 2009, para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade da mesma organização (Decreto nº 5.753/06). E, em 2020, lhe foi outorgado o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Bahia a partir da inscrição no Livro de Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas (Lei 8.895/03). Além dos títulos direcionados ao samba de roda, sambadeiras e sambadores também vêm sendo agraciados como Doutoradas e Doutor Honoris Causa³ devido ao valor de suas

-
- 3 Dalva Damiana de Freitas recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Ricardina Pereira da Silva, Dona Cadu, recebeu os títulos da Universidade Federal do Recôncavo Baiano e da Universidade Federal da Bahia. Antônio Ribeiro da Conceição, conhecido como Bule-Bule, foi titulado pela Câmara de Vereadores de Lauro de Freitas.

contribuições para a sociedade. Atualmente, dentre os 52 bens culturais imateriais inscritos nos Livros de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil, apenas o Samba de Roda do Recôncavo Baiano e o Frevo em Pernambuco possuem reconhecimentos concomitantes nas esferas federal, estadual e internacional.

As políticas para o Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), de acordo com as legislações citadas, consideram que, para além dos títulos concedidos, há como consequência do reconhecimento a disponibilização de apoio Estatal e o estabelecimento de parcerias conformadas por entes públicos e privados em prol da continuidade das práticas e saberes visando a realização das denominadas ações ou medidas de salvaguarda. No âmbito federal, assim como para a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, um dos requisitos fundamentais para a efetivação dos propósitos dos reconhecimentos é a participação efetiva dos sujeitos detentores, conforme denominação utilizada oficialmente pelo Iphan (Portaria IPHAN n° 200/2016), tanto na etapa de identificação do bem cultural quanto para a elaboração e execução de ações de salvaguarda (ARANTES, 2021; DUVELLE, 2014).

Ressalta-se que a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 216, §2º, assevera que o patrimônio cultural brasileiro será promovido e protegido pelo poder público com a colaboração da comunidade. Logo, amparada por dispositivos legais em vários níveis, há no campo do PCI forte expectativa acerca da gestão compartilhada entre poderes públicos, entidades privadas e sociedade civil visando a sustentabilidade cultural dos bens reconhecidos (IPHAN, 2015).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo demonstrar a trajetória da articulação de políticas públicas patrimoniais e culturais para a salvaguarda do Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Por meio do exame de seus instrumentos e aplicações práticas, serão analisados o contexto e os desdobramentos da atuação do Estado e da sociedade civil, em especial, o papel de sambadeiras e sambadores na gestão de projetos. Os dados foram coletados por meio

de pesquisa empírica realizada no recôncavo baiano e no Iphan, desde 2004 até o presente momento. Com vistas a demonstrar diferentes perspectivas, este artigo foi produzido por dois atores atuantes nesse cenário, a saber, uma técnica do Iphan e um gestor/detentor do samba de roda.

Assim, foi verificada e avaliada a articulação dos seguintes instrumentos tendo como pano de fundo um conjunto de ações realizadas em prol da salvaguarda do samba de roda: Plano de Salvaguarda no âmbito do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil; Plano de Ação no âmbito da Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco; e Pontão de Cultura/Rede do Samba no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014). Por meio da apresentação e análise das ações realizadas foram abordados os resultados atingidos assim como os desafios que precisam ser superados para a continuidade de uma atuação efetiva na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

SAMBADEIRAS, SAMBADORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A trajetória de sambadeiras e sambadores no campo das políticas patrimoniais iniciou em 2004, quando surgiu a demanda, advinda do então Ministro da Cultura Gilberto Gil, para a candidatura do samba como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco (IPHAN, 2006). À época, tal proposta fora considerada arrojada, obteve alta cobertura midiática e vasta repercussão social. A despeito do processo ter sido conduzido de forma verticalizada por parte do Iphan, de acordo com a opinião de alguns detentores, as sambadeiras e os sambadores mobilizaram-se rapidamente para se organizar e protagonizar essa nova empreitada (ROSÁRIO, 2021). Como mencionado, a participação social é condição imprescindível para a gestão do PCI. Dessa forma, para que o Estado brasileiro tivesse sucesso no pleito junto à Unesco, requisitos como a anuência dos detentores para o encaminhamento da candidatura, assim como a elaboração de um Plano de Ação contendo medidas para garantir

a continuidade do bem cultural elaborado de modo participativo deveriam ser atendidos.

Para cumprir com essas obrigações, o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) realizaram encontros com a participação de representantes de grupos de samba de roda de vários municípios do Recôncavo. Esses eventos, para além de mobilizar sambadeiras e sambadores para o processo de patrimonialização, oferecer esclarecimentos sobre as consequências dos reconhecimentos e elaborar o Plano de Ação coletivamente, deflagrou um processo de organização política que redundou na criação de uma entidade representativa para integrar os “protagonistas da resistência dos valores culturais”, como então se referiram aqueles interessados em atuar em prol do samba de roda (ALENCAR, 2010). Essa consideração demonstra que, embora não houvesse naquele momento uma representação que unificasse os diferentes grupos e tampouco a demanda para a patrimonialização do samba de roda houvesse sido originada ali, havia um movimento social em curso. Assim, em 2005 foi fundada a Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (Asseba), tendo se tornado a principal entidade interlocutora a respeito das tratativas acerca de ações preservacionistas para o samba de roda.

O Decreto nº 3.551/00, que instituiu o registro do PCI no Brasil, assegura aos bens registrados, por meio do Ministério da Cultura, a documentação por todos os meios técnicos admitidos, responsabilizando o Iphan pela manutenção de banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo e, ainda, ampla divulgação e promoção. Portanto, não há explicitamente nessa normativa exigência para a elaboração de Plano de Ação, ou dispositivo semelhante, que contenha indicativo de atividades a serem realizadas visando a preservação do bem cultural. Não obstante, o Plano de Ação produzido para a candidatura à Unesco tomou a forma de Plano de Salvaguarda no âmbito do registro no Brasil, tendo o Iphan assumido

a incumbência, em conjunto com a Asseba, de acompanhamento, captação de parcerias e execução de ações.

Naquele contexto, a política de salvaguarda era incipiente no Brasil e as diretrizes para as ações decorrentes do registro ainda não estavam plenamente delineadas. Logo, é possível afirmar que a orientação formal para mobilização de detentores e articulação de parcerias visando a elaboração de planos de salvaguarda específicos para cada bem registrado foi influenciada pela Unesco (LONDRES, 2004), uma vez que para os bens reconhecidos anteriormente, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras e o Círio de Nazaré, esses procedimentos não foram seguidos. Inclusive, apenas com a publicação da Portaria Iphan 299/2015 tal orientação foi oficializada. A experiência com o processo desencadeado pelo samba de roda, especialmente em relação à mobilização de detentores, foi um divisor de águas nesse sentido, visto que o propósito do registro não é ser apenas um título declaratório e sim alcançar resultados efetivos para a sustentabilidade de bens culturais (SANT'ANNA, 2003). Assim, o planejamento e a execução de atividades para o apoio e fortalecimento das práticas e saberes são, de fato, indispensáveis.

O Plano de Ação/Salvaguarda do Samba de Roda foi estruturado em objetivos de curto, médio e longo prazos englobando quatro linhas de ação, a saber: i) pesquisa e documentação; ii) reprodução e transmissão às novas gerações; iii) promoção; e iv) apoio. Dentre os objetivos de curto prazo estavam a salvaguarda do saber tradicional dos praticantes mais idosos e a contribuição para a transmissão às novas gerações, por meio do apoio aos sambas-mirins, por exemplo; a revitalização das violas tradicionais, em especial, a viola machete, tanto em relação à fabricação quanto ao saber-tocar, assim como a contribuição para o processo de auto-organização dos sambadores (IPHAN, 2006).

Como objetivos de médio e longo prazo, foram indicados a promoção da salvaguarda do samba de roda como um contrapeso às tendências de enfraquecimento detectadas; o aprofundamento, organização

e disponibilização aos sambadores, pesquisadores e ao público em geral, de conhecimentos sobre o samba de roda do recôncavo e regiões vizinhas; a contribuição para que a prática do samba de roda e os saberes tradicionais continuassem sendo transmitidos para as novas gerações; a promoção do samba de roda dentro e fora do Recôncavo, possibilitando que seus valores fossem apreciados por um público amplo, no Brasil e em todo mundo. Para atender tais objetivos, dentre outras atividades, estimou-se a criação de um conjunto de Centros de Referência para abrigar acervos, realizar seminários, encontros de sambadores e viabilizar a fruição do samba de roda tanto por detentores e quanto pela sociedade (IPHAN, 2006).

Observa-se então a vasta magnitude das ações previstas no plano de salvaguarda. Como informado, o Decreto n° 3.551/00 não prevê a elaboração deste instrumento e, embora a gestão compartilhada para o apoio à continuidade dos bens registrados seja um princípio da política de salvaguarda, tampouco há na legislação relacionada ao PCI medida que comprometa a participação de outros órgãos nessa gestão de forma compulsória. Assim, o sucesso da execução das ações de salvaguarda dependerá, prioritariamente, da iniciativa do Iphan para a aprovação de recursos financeiros no próprio órgão e a mediação junto a outros entes para o engajamento no Plano de Salvaguarda. Ademais, desde o início da implementação do registro, é sabido que um dos grandes desafios é justamente a efetivação de políticas públicas para a cultura articuladas e de amplo alcance (LONDRES, 2003).

Em 2007, ou seja, sete anos após a criação do registro e três anos após o registro do samba de roda, a política de salvaguarda estava difundida e a lista de bens reconhecidos aumentava paulatinamente, somando então doze bens registrados⁴. Contudo, o cenário para a realização das ações de salvaguarda, ou seja, as medidas de apoio e fomento no pós-registro, não era o dos mais favoráveis, uma vez que

.....
4 Atualmente são 52 bens registrados, a lista atualizada pode ser consultada em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em: 18 nov. 2022.

os recursos financeiros do Iphan para essas atividades não acompanhavam o mesmo ritmo dos reconhecimentos. Eis que surge, naquele ano, uma valiosa oportunidade para a efetivação dos planos de salvaguarda: a implantação de Pontos e Pontões de Cultura, ação integrante do Programa Cultura Viva (renomeado Política Nacional de Cultura Viva por meio da Lei nº 13.018/2014), por grupos e comunidades detentoras de bens registrados.

Por meio dessa parceria com o Ministério da Cultura, o Iphan recebeu montante de recursos significativos para repasse direto aos detentores e, com isso, potencializou de modo significativo a execução de ações. De acordo com dados do órgão, naquele período, cada Pontão de Cultura poderia receber, ao longo de três anos, até R\$ 400.000,00 anuais, totalizando R\$ 1.200.000,00 por bem registrado. Esse valor equivalia ao recurso total anual então disponibilizado pelo instituto para todas as ações referentes ao PCI, isto é, soma correspondente ao recurso integral aprovado para todas as ações de identificação, de instrução de registro e para os planos de salvaguarda (ALENCAR, 2010). Até então, essa foi a primeira, e única, articulação expressiva concretizada pelo Iphan para os bens registrados. Até a conclusão deste artigo ainda não havia ocorrido outra parceria que resultasse em aporte financeiro semelhante, ou alguma forma de apoio contumelante, que atendesse ao conjunto de bens registrados. Foi naquele contexto que sambadeiras e sambadores puderam, de fato, aplicar e amplificar suas habilidades no campo da gestão de políticas públicas. Nesse cenário, pode-se considerar que o plano de salvaguarda foi utilizado como um acordo social (CARRERA, 2021) entre Iphan, sambadores e sambadeiras. Como mencionado, por parte do Iphan, ainda que sem a garantia de recursos financeiros, havia o compromisso em realizar ou buscar apoio para a execução das ações propostas. Por outro lado, por parte dos sambadores e sambadeiras, havia uma enorme expectativa de como se daria o financiamento para as ações, assim como inúmeras dúvidas e diferentes anseios para essa efetivação. Alguns grupos desejavam que os recursos

fossem repassados diretamente a cada um deles para a realização de suas demandas particulares, outros imaginavam que uma vez o samba de roda tendo sido reconhecido, o repasse de recursos seria um ato contínuo do órgão federal. Observou-se também o surgimento de novos atores sociais com experiência em políticas de financiamento público que buscaram assumir o protagonismo da salvaguarda do samba de roda e subordinar as sambadeiras e os sambadores nesse processo.

No entanto, a auto-organização das sambadeiras e sambadores, por meio da Asseba, foi fator determinante para que estes agentes culturais mergulhassem coletivamente na nova ordem estabelecida pelas políticas públicas e alcançassem o acesso direto a recursos financeiros para a execução de projetos, avocando para si o papel de gestores das ações de salvaguarda. Por meio dos convênios celebrados para a execução do Pontão de Cultura e, em seguida, com a aprovação de vários projetos por meio de editais públicos, foi possível o desenvolvimento de diversas ações que potencializaram o movimento em torno do samba de roda, trazendo essa manifestação para um cenário mais amplo. No campo da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, essa foi uma oportunidade exemplar para a efetivação da execução do Plano de Salvaguarda, o exercício da gestão compartilhada entre detentores, Iphan e Ministério da Cultura, assim como a expansão da autonomia de sambadeiras e sambadores na captação de recursos e administração de ações de salvaguarda.

Por meio da observação das mais diversas ações desenvolvidas por sambadores e sambadeiras, é irrefutável que o plano de salvaguarda serviu como um elemento norteador para que as/os detentoras/es se apropriassem das políticas públicas e continuassem desempenhando um papel de resistência, dessa vez oficializado pelo Estado. Para sambadeiras e sambadores, tratar da permanência de suas tradições oriundas de matrizes africanas e herdadas da diáspora negra tem se constituído em um caminho de busca incessante por expor de forma estratégica e metodológica as demandas do coletivo.

Como visto, a demanda pela criação de uma rede de centros de referência estava apresentada no Plano de Salvaguarda e, em 2006, após diversas negociações e conflitos entre Iphan, poderes públicos locais, sambadores e sambadeiras, o espaço definido para a casa matriz foi o imóvel tombado denominado Solar Subaé, em Santo Amaro da Purificação (ALENCAR, 2010). O Solar estava em ruínas e foi restaurado pelo Iphan justamente para abrigar tal equipamento. A implantação do espaço físico para o Centro de Referência do Samba de Roda, chamado carinhosamente por sambadores e sambadeiras como Casa do Samba, coincidiu com o repasse de recursos do Programa Cultura Viva para a viabilização do Pontão de Cultura.

No primeiro projeto, realizado por meio de convênio celebrado entre Iphan e Asseba e executado entre fevereiro de 2008 a abril de 2009, a principal meta visava instalar a infraestrutura da Casa do Samba para torna-se – de fato – um espaço para a prática e promoção do samba de roda. Além disso, umas das principais reivindicações de sambadores e sambadeiras era justamente o apoio para a consolidação de seus grupos, por meio da obtenção de instrumentos musicais para a dinamização de suas atividades. Assim, no primeiro ano do Pontão de Cultura, foi realizada a montagem do estúdio de gravação, de midiateca, equipado auditório e sala de música, além da criação do sítio eletrônico da Asseba⁵. Ademais, 32 grupos foram premiados com a recepção de instrumentos musicais e equipamentos eletrônicos diversos.

A Casa do Samba tornou-se um ambiente propício tanto para a confraternização quanto para a formação de diferentes gerações de sambadores e sambadeiras. Foram realizados cursos de iniciação na computação, gravação de CDs de dezenas de grupos, as mais diversas reuniões de lideranças e encontros de mestres e mestras, dentre outras atividades das comunidades culturais do território. Por meio de uma medida simples, a contratação do serviço de transporte, facilitou-se a presença constante dos sambadores e sambadeiras

.....
5 Disponível em: <http://www.asseba.com.br>. Acesso em: 5 set. 2023.

na Casa do Samba. Essa inclusão era o suporte fundamental para a concretização de outras metas, tais como: a realização das oficinas de mestres do samba sobre suas histórias de vida e saberes do samba de roda, eventos de apresentações públicas dos grupos, curso de capacitação para elaboração de projetos e, ainda, a realização de uma pesquisa socioeconômica cultural, que produziu um diagnóstico das condições de vida das pessoas envolvidas nessa manifestação. Esse convênio, o primeiro executado pela Asseba, estruturou o Pontão de Cultura e a partir dele foram desdobradas ações em consonância com as metas estabelecidas no plano de salvaguarda.

A Casa do Samba tornou-se uma verdadeira referência para expansão e visibilidade do samba de roda. Naquele momento, é digno de nota que os órgãos governamentais da área cultural se encontravam fortalecidos. O Ministério da Cultura, especialmente por meio das Secretarias da Cidadania e Desenvolvimento Cultural (SCDC) e da Identidade e Diversidade (SID), o Iphan, a Fundação Cultural Palmares e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), atuavam de forma convergente para o acesso às políticas públicas e, com isso, houve um impulso maior para concretização das metas pré-estabelecidas pelo plano de salvaguarda.

Paralelamente à execução do Pontão de Cultura em conjunto com o Iphan/MinC, as demais ações presentes na linha promoção do plano de salvaguarda foram executadas diretamente pela Asseba em parceria com outros órgãos públicos, o que demonstra o desenvolvimento do poder de agenciamento de sambadores e sambadeiras, justamente um dos objetivos do registro do PCI, isto é, estimular e apoiar a autonomia dos detentores na gestão do patrimônio (Portaria Iphan 299/2015). Dentre essas ações, destacam-se: a participação na 22^a Festa da Lavadeira em Recife, a realização de Intercâmbio Artístico e Cultural com a Escola de Música da Guiana Francesa e o Projeto Circuito do Samba, realizados em 2008 com apoio da Fundação Cultural do Estado da Bahia; apoiada pela Caixa Econômica Federal foi realizada a Exposição Fotográfica O Ritmo

em Imagens – O Samba de roda Baiano, no Centro Cultural da Caixa em Salvador – Bahia; os apoios da Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura do extinto MinC, afirmam um maior alcance na projeção da difusão do samba de roda com a participação no projeto A Bahia que eu Amo, em São Paulo e no Festival Paranaense do Samba, em 2009. Em 2012, por meio de patrocínio da Petrobras, via lei de incentivo, houve a produção e distribuição de conjunto de CDs de vários grupos.

Uma ação bastante significativa foi o projeto Circuito do Samba, acima citado. O projeto foi contemplado por meio da aprovação em edital da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Esta aprovação foi um dos primeiros frutos resultantes das oficinas de capacitação realizadas pelo Pontão de Cultura. Seu objetivo era o de retomar as assembleias itinerantes, semelhantes aos encontros realizados durante a instrução de registro e que desencadearam a criação da Asseba. A proposta resultou na realização de oito encontros, com 55 grupos de samba de roda de 29 localidades diferentes em oito cidades do Recôncavo. Assim, os grupos locais das oito cidades ciceroneavam grupos visitantes das demais localidades.

Segundo o coordenador do projeto, Rosildo do Rosário, o Circuito do Samba foi uma busca pela interiorização de ações no estado, uma vez que as prefeituras baianas geralmente não dispõem de políticas públicas bem definidas para as manifestações populares. Também foi um meio para descentralizar as ações da Asseba, que estavam localizadas na Casa do Samba em Santo Amaro. Para Rosário, a experiência do Circuito do Samba foi única: “são pessoas de dezenas de municípios viajando por outras regiões, se conhecendo e trocando experiências, coisa que nunca aconteceu antes”, declarou (em comunicação pessoal).

Também é digno de nota a realização do projeto O Homem, Seus Avanços e a Forte Influência no Ecossistema, apoiado pelo Instituto Ingá e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, realizado em 2010, em Saubara, cujo principal objetivo foi a realização de um seminário

a respeito da implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e as mudanças decorrentes dos impactos ambiental e cultural para as comunidades de Saubara e Maragogipe. Esse projeto deflagrou um amadurecimento de sambadores e sambadeiras na reflexão e proposição de políticas públicas que ultrapassam os conteúdos relativos ao patrimônio cultural, confirmando que a patrimonialização de bens culturais promove a potencialização da cidadania e a reivindicação de direitos de modo ampliado.

A segunda etapa da implementação do Pontão de Cultura Casa do Samba foi realizada em 2010, por meio da celebração de um novo convênio entre Iphan e Asseba. Nesse momento, as metas propostas no projeto inicial foram fortalecidas, expandidas para a promoção de intercâmbio com outros pontos de cultura do Brasil e viabilizou-se a participação de sambadores e sambadeiras em seminários, conferências nacionais, dentre outros eventos que tratassem sobre o tema da patrimonialização.

A TESSITURA DA REDE DO SAMBA E SUAS ENGRENAGENS

Havia uma grande apreensão de sambadores e sambadeiras em relação à condução do tema reprodução e transmissão de saberes, segunda linha de ação do plano de salvaguarda. Embora tal aspecto estivesse progressivamente sendo atendido durante as duas primeiras etapas do Pontão de Cultura, foi a partir da terceira que se apresentou a oportunidade de uma atuação mais incisiva nesse aspecto, a partir da implementação da chamada Rede do Samba. Assim, durante os anos de 2011 e 2012, as almejadas Casas Filhas foram instaladas em 14 cidades da Bahia; conectadas à Casa Mãe, estabelecida no Pontão de Cultura em Santo Amaro da Purificação, essas casas corresponderam aos pontos de cultura previstos no Programa Cultura Viva. Assim, o Pontão de Cultura em Santo Amaro tornou-se o centro difusor da rede formada pelos pontos em outras localidades.

As comunidades selecionadas para integrar a Rede do Samba foram definidas coletivamente e atenderam critérios estipulados pelas/os

próprias/os detentoras/es. Essas casas foram constituídas das mais variadas formas, haja vista que o Pontão de Cultura viabilizaria a montagem de infraestrutura, mas não a concessão do espaço físico em si. Em algumas comunidades a instalação aconteceu em comunhão com outras associações, a exemplo de Saubara, São Felix, Simões Filho, Maragojipe e Feira de Santana. Em Cachoeira, o espaço preexistente que atuava com o fortalecimento do samba de roda, abrigou o ponto de cultura. Em São Francisco do Conde e Antônio Cardoso, os pontos foram absorvidos em espaços próprios de sambadores. Outras se articularam com a administração pública local e conseguiram espaços novos para funcionamento, como São Sebastião do Passé, Irará, Teodoro Sampaio e Salvador. E, ainda, houve aquelas que precisaram alugar os locais para abrigar o ponto de cultura/casa do samba, como Terra Nova e Conceição de Jacuípe⁶.

À semelhança do que foi realizado na Casa do Samba de Santo Amaro, cada unidade foi contemplada com instrumentos musicais e equipamentos eletrônicos. A administração seguiu um procedimento padrão que contava com a figura do mestre ou da mestra orientador/a e um/a jovem. Ao/À mestre/a cabia a responsabilidade de atuar como transmissor/a dos conhecimentos do samba (canto, dança, música, toque) a partir de uma organização estratégica, utilizando, para tanto, a própria casa do samba, escolas, outras associações ou demais espaços convenientes. Ao/à jovem competia o papel de articulador/a local, buscando a mediação entre as ações da casa do samba e a própria comunidade em geral, assim como a responsabilidade de produzir relatórios para o devido acompanhamento do projeto pela coordenação geral.

Com a implementação da Rede do Samba e a consolidação das oficinas de transmissão de saberes, ressalta-se a importância da vivência intrínseca da expressão cultural. A descentralização das ações da Casa Mãe para as Casas Filhas fez com que sambadores e sambadeiras atuassem de forma sistemática em suas comunidades,

.....
6 Os nomes e endereços das Casas do Samba podem ser consultados no site da Asseba.

trazendo para o contexto da salvaguarda uma atuação ora pragmática, mas sem perder a essência do ser orgânico no qual o samba se constitui. Nesse sentido, a amplitude que se buscava para o samba de roda estava na necessidade de voltar-se internamente para cantar, dançar e falar sobre o samba de forma espontânea, sem perpassar por enquadramentos escolarizados e sim vindos “pelo sangue”, como expressou Mestre Berenice, em descrição sobre a herança de seus saberes (BARRETO; ROSÁRIO; GUMES, 2015).

Com o apoio direto ao funcionamento das casas do samba, tendo como gestores as/os próprias/os detentoras/es, observa-se a profusão de projetos executados por diversos grupos, sambadores ou sambadeiras em particular, quer seja em suas localidades ou em articulação entre diferentes comunidades, para além da gestão centrada na Asseba. A Rede, além de conectar várias comunidades, de vários municípios, também passou a agregar diversos entes e diferentes iniciativas, tais como os projetos Maragogipe Circulando com o Samba de Roda e os Mascarados e Essa Viola dá Samba! (PRIMO; SIQUEIRA, 2020), executados, respectivamente, pelo Grupo Cultural Samba de Roda Samba de Maragogó e a Associação Cultural José Vitório dos Reis. Intensificando a transmissão de saberes, a Rede do Samba culminou no afloramento da participação enérgica das crianças nas atividades realizadas pelas casas do samba, desencadeando uma atuação direcionada para esse segmento, por meio do desenvolvimento dos projetos Sambas de Roda Mirins: Preservando a Memória do Samba de Roda, em 2015 e Sambas de Rodas Mirins: Foi Meu Mestre Que Ensinou, em 2017, ambos executados pela Associação Chegança de Marujos de Saubara e aprovados por meio de seleções públicas promovidas pelo Iphan e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). De acordo com o coordenador dos projetos, Rosildo do Rosário, os vínculos entre os mestres e os “jovens futuros mestres” foram sedimentados por meio do incentivo aos sambas mirins. Tal iniciativa, também presente no plano de salvaguarda, criou e fortaleceu 11 grupos de sambas mirins, contemplando mais de

uma centena de crianças de diferentes comunidades e viabilizando o intercâmbio e a convivência com mestres do samba, além de mostrar de forma lúdica e dinâmica a importância da manifestação cultural (CHEGANÇA FRAGATA BRASILEIRA, 2020).

Embora não esteja presente na legislação nacional referente ao PCI e tampouco tenha havido alguma indicação direta ao tema no plano de salvaguarda, a observação dos papéis de gênero, em especial ao desempenhado pelas mulheres, sempre esteve explícita na ação de sambadeiras e sambadores, a começar pela própria denominação da Asseba. Por outro lado, em âmbito internacional, é demandada atenção especial para tal aspecto e quando da apresentação dos relatórios periódicos dos bens reconhecidos como Patrimônio da Humanidade pela Unesco o detalhamento de informações sobre o assunto é requerido. Nesse sentido, outra ação que merece destaque, por seu caráter de vanguarda na política de salvaguarda no Brasil, aderência com a Convenção da Unesco, além de extrapolar as medidas previstas no plano de salvaguarda, é o projeto Mulheres do Samba. O Mulheres do Samba, que realizou a produção de documentário audiovisual, CD e livro com biografias, foi ampliado para o projeto Circulando com as Mulheres do Samba de Roda:

No documentário, CD e livro – produzidos em 2015 – elas contam suas histórias de vida e interpretam, pela primeira vez, sambas favoritos. São marisqueiras, agricultoras, comerciantes ou empregadas domésticas que, precocemente, assumiram as obrigações da casa para ajudar seus pais. Mulheres que imprimiram sua marca na estética e na política da cultura popular do recôncavo, por meio do samba e de manifestações culturais como os ternos de reis, terno do acarajé, cheganças, maculelê, capoeira, ranchos, candomblé entre outras. As obras, em seu conjunto, demonstram a ampla inserção social das sambadeiras. Retratam seus saberes e protagonismo no enfrentamento de toda forma de violência contra a mulher e a conquista do direito de se expressar, de ter renda própria, saúde, educação. Registrar e fazer circular

esses conhecimentos, permite o aprendizado de práticas e saberes populares de matriz africana, além de sua permanência e transformação no seio da comunidade afrodescendente de sambadores e sambadeiras⁷.

No âmbito do Programa Cultura Viva, o apoio concedido pelo MinC/Iphan às atividades da Rede do Samba foi finalizado em 2013, no entanto, para além das ações acima citadas, sambadeiras e sambadores mantem de forma contínua, intensa programação de atividades e eventos públicos realizados por meio da captação de recursos em variadas fontes ou mesmo voluntariamente⁸. A Casa do Samba, em Santo Amaro da Purificação, também estava em funcionamento até 2020, quando ocorreu o desabamento de parte da estrutura (G1 BA, 2020). Este lamentável acontecimento tratava-se de uma tragédia anunciada, uma vez que há anos o edifício sofria com fortes infiltrações e diversas vistorias indicaram a necessidade de reparos urgentes. Contudo, embora a urgência de reformas estruturais estivesse oficializada junto ao Iphan, o órgão não priorizou a resolução do problema e omitiu-se perante aquela realidade (ASSEBA, 2020).

A patrimonialização do samba de roda, promoveu uma interessante revolução na compreensão de sambadores e sambadeiras acerca das políticas culturais. Atualmente, é perceptível que se formou uma nova geração de sambadeiras e sambadores comprometidos com suas responsabilidades e conscientes de que seus direitos podem ser conquistados a partir do acionamento de suas próprias identidades. De acordo com Nogueira e Santos (2020), o protagonismo social de detentores dos bens registrados inaugurou um novo modelo de apropriação na implementação da política de preservação de patrimônios sob a ótica desses agentes.

-
- 7 Transcrição da descrição do projeto Circulando com as Mulheres do Samba de Roda. Disponível em: https://www.facebook.com/MulheresdoSambadeRoda/about/?ref=page_internal. Acesso em: 18 nov. 2022.
 - 8 A programação dos eventos promovidos pelos integrantes da Rede do Samba pode ser consultada na rede social Instagram: <https://www.instagram.com/rededosambaderoda15/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

As diretrizes do IPHAN e da Unesco consideram que a participação social é condição fundamental para a gestão patrimonial. Igualmente, proferem a importância da ação estatal no apoio e disponibilização de meios para o fortalecimento e continuidade do PCI. Conforme apresentado, sambadeiras e sambadores estiveram permanentemente engajados na execução do plano de salvaguarda e ultrapassaram as medidas ali expostas, potencializando cotidianamente a sustentabilidade cultural do samba de roda. No entanto, também se observa uma desigualdade entre o comprometimento de detentores e Estado. Ao passo que os primeiros se mantiveram atuantes, o apoio estatal, lamentavelmente, foi praticamente interrompido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do cotejamento das ações apresentadas no plano de salvaguarda do samba de roda e aquelas executadas por sambadores e sambadeiras, é possível inferir que todos os objetivos foram alcançados e, inclusive, superados. Sem dúvida, a patrimonialização referendou a importância do samba de roda para seus herdeiros, herdeiras, as sociedades nacional e internacional. Ademais, serviu como mola propulsora para a valorização de seus detentores e detentoras e os/as empoderou perante os poderes públicos.

A convergência entre os princípios da política de salvaguarda e do Programa Cultura Viva foi fator preponderante para que as ações previstas no plano de salvaguarda fossem executadas e, ainda, para viabilizar a realização de demandas contingentes de comunidades em particular. Tal parceria também demonstrou a importância da articulação de ações de diferentes órgãos, sobretudo daqueles da área da cultura, para a eficiência e eficácia da ação pública para o patrimônio cultural imaterial.

Embora o trabalho com a salvaguarda de um bem cultural registrado seja permanente, uma vez que a expectativa é a manutenção das condições sociais e ambientais visando sua permanência para as futuras gerações, observou-se um desequilíbrio entre a postura de

sambadeiras e sambadores e a do Estado ao longo desses 18 anos. À medida em que as/os detentoras/es foram gradualmente expandindo a realização de ações de salvaguarda, o Estado passou a eximir-se de sua responsabilidade, constatação que pode ser lamentavelmente aferida com o desabamento da Casa do Samba.

“Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas”, verso tradicional do samba de roda, pode ser considerado um dos lemas da salvaguarda da forma de expressão. As sambadeiras e os sambadores desde sempre rejeitaram a tutela estatal e buscaram afirmar seu protagonismo na gestão patrimonial. Contudo, há a expectativa de que as competências de cada parte sejam devidamente reestabelecidas, posto que, de acordo com a Constituição Federal, é função do Estado proteger e promover o patrimônio em conjunto com a comunidade. Há décadas a atuação do Brasil no campo da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial foi reconhecida como precursora e amplamente prestigiada no cenário internacional (TOJI, 2021), eis que é passada a hora de ratificar esse mérito.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, R. R. B. de. *O samba de roda na gira do patrimônio*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ARANTES, A. Salvaguarda, um dispositivo-chave de gestão patrimonial. In: SANT’ANNA, Marcia; QUEIROZ, Hermano (org.). *Em defesa do Patrimônio Cultural: percursos e desafios*. Vitória: Editora Milfontes, 2021.
- ASSOCIAÇÃO DOS SAMBADORES E SAMBADEIRAS DO ESTADO DA BAHIA (ASSEBA). *Comunicado da Asseba sobre o desabamento da sacada da Casa do Samba*. Santo Amaro, GA, 18 abr. 2021. Disponível em: <http://www.asseba.com.br/noticias-asseba/119-comunicado>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- BAHIA. *Lei 8.895, de 16 de dezembro de 2003*. Institui normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do Estado da Bahia, cria a Comissão de Espaços Preservados e dá outras providências. [S. l.: s. n.], [2003].

BARRETO, L.; ROSÁRIO, R.; GUMES, S. *Mulheres do Samba de Roda*. Bahia: Santo Amaro, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. [S. l.: s. n.], [2000].

BRASIL. *Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006*. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). [S. l.: s. n.], [2006].

CHEGANÇA FRAGATA BRASILEIRA. *Sambas de Roda Mirins Foi meu Mestre que ensinou*. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wFSGcuk0vBo>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CIRCULANDO com o Samba de Roda. Disponível em: <http://www.maragojipecirculando.com.br/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CONVÊNIO 48/07. Processo Administrativo IPHAN 01450.017345/2007-41.

CONVÊNIO 708656/2009. Plataforma + Brasil. Disponível em: <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/Principal/Principal.do?Usr=guest&Pwd=guest>. Acesso em: 18 nov. 2022.

DUVELLE, C. A decade of implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage: Challenges and perspectives. *Ethnologies*, [s.l.], v. 36, n. 1-2, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Dossiê Samba de Roda do Recôncavo Baiano*. Brasília, DF: IPHAN, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portaria nº 299, de 17 de julho de 2015*. [S. l.: s. n.], [2015]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1613/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portaria nº 200, de 15 de maio de 2016*. [S. l.: s. n.], [2016]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1613/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FONSECA, M. C. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOGUEIRA, N.; SANTOS, D. Impacto da Política de Patrimônio: o Museu do Samba e a salvaguarda das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro. In: IPHAN. *Cadernos da Salvaguarda: práticas de gestão*. Brasília, DF: IPHAN, 2020.

PARTE da estrutura da Casa do Samba de Roda em Santa Amaro desaba durante chuvas. *GI BA*, Salvador, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/04/26/estrutura-da-casa-do-samba-de-roda-em-santa-amaro-no-reconcavo-baiano-desaba.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PRIMO, M.; SIQUEIRA, A. Projeto Essa Viola dá Samba! O resgate da Viola Machete e a salvaguarda do Samba de Roda do Recôncavo Baiano. In: IPHAN. *Cadernos da Salvaguarda: práticas de gestão*. Brasília, DF: IPHAN, 2020.

REPORT on the implementation of the Convention and the status of all elements on the Representative List. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/forms>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ROSÁRIO, R. O ser patrimônio em tempos modernos: uma visão interiorana. In: SANT'ANNA, M.; QUEIROZ, H. (org.). *Em defesa do Patrimônio Cultural: percursos e desafios*. Vitória: Milfontes, 2021.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TOJI, S. Consentimento, anuência, comunidades e detentores: a questão da participação social no campo do patrimônio cultural e o diálogo entre a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e a política de patrimônio imaterial do Brasil. *Cadernos de Sociomuseologia*, [s. l.], v. 62, n. 18, 2021.